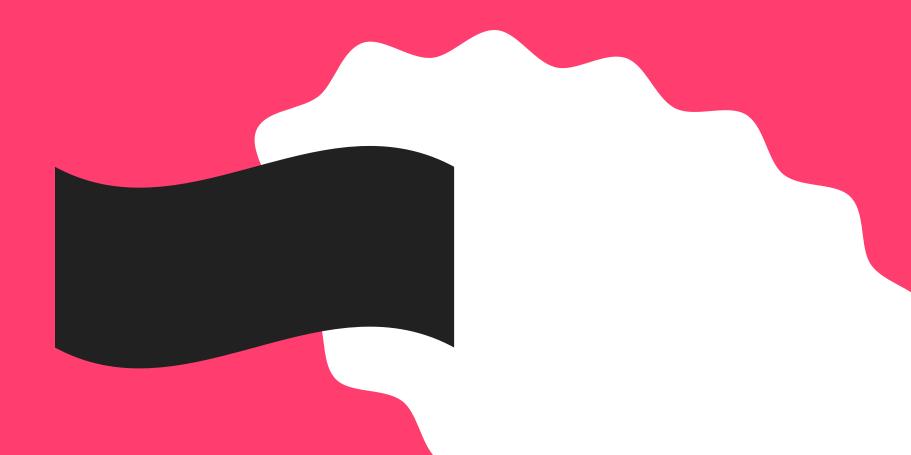




Guia Definitivo

do Trabalho Autônomo:
tudo o que você precisa
saber



Somos d corc





Na Cora, enxergamos as pessoas por trás de cada pequeno negócio. Entendemos os seus anseios e queremos apoiar os seus sonhos. É por isso que nos comprometemos a oferecer produtos e serviços financeiros que os pequenos e médios empreendedores sempre mereceram, mas nunca tiveram acesso.

Nesse sentido, estamos aqui para reduzir a sobrecarga de trabalho causada pelo acúmulo de funções e libertá-lo de serviços financeiros onerosos e defasados, que fazem parte da complexidade que a indústria financeira impôs aos pequenos por muitos anos.

A Cora é uma Conta Digital criada por empreendedores e para empreendedores, projetada para eliminar a burocracia, as taxas abusivas e facilitar a administração das finanças dos pequenos e médios negócios.

Acreditamos que as visões sonhadoras dessas pessoas podem estabelecer uma economia saudável e favorecer o crescimento financeiro do país. Mas, para isso, é preciso que quem empreende tenha à sua disposição serviços financeiros criados para favorecê-lo, e não somente para garantir o lucro das instituições financeiras.

Nós cansamos de burocracias, taxas abusivas e processos lentos. O nosso propósito é apoiar e simplificar a vida financeira das pessoas empreendedoras no Brasil.

Conheça mais sobre a Conta Cora



Índice

04 Introdução

Regularização do trabalho autônomo

Vantagens e desvantagens de ser autônomo

Organização financeira para autônomos

Precificando seus serviços

Ontrato de prestação de serviços

76 Conclusão

28 Materiais Complementares



Introdução



Introdução

O número de trabalhadores autônomos no Brasil bateu um recorde em 2021, com 25,4 milhões de pessoas trabalhando por conta própria, <u>segundo o IBGE</u>. Mas, afinal, o que é um profissional autônomo?

A definição de trabalhador autônomo se baseia no art. 12, inciso V, letras g e h da lei 8.212:

- urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;
- própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.

Isso quer dizer que o exercício profissional autônomo não é regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já que não existe relação de emprego, o chamado vínculo empregatício.

Na prática, o profissional autônomo tem total liberdade para decidir quais serviços vai oferecer, negociando preços e prazos diretamente com os contratantes, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas.

independente das estatísticas e definições legais, se tornar um prestador de serviços autônomo é um caminho para conquistar mais liberdade, já que permite ter uma rotina de trabalho flexível, e também pode trazer um retorno financeiro maior.

O trabalho autônomo pode ser a melhor escolha para quem terminou a faculdade e prefere começar uma carreira mais flexível

ao invés de procurar um emprego formal pela CLT, por exemplo. Pode ainda representar um novo rumo para a vida profissional após uma demissão.

Entretanto, se por um lado o trabalho autônomo oferece diversas vantagens, por outro, o exercício de uma profissão autônoma precisa ser formalizado para que o profissional fique em dia com o pagamento de tributos e tenha seus direitos garantidos.

Além de lidar com a burocracia, o autônomo também tem o desafio de conseguir precificar seus serviços e ter uma boa organização financeira para lidar com as variações no faturamento.

Por isso, preparamos este guia para abordar as principais questões que envolvem o tema, ajudando você a trilhar o caminho para se tornar um profissional autônomo de sucesso.

Aproveite a leitura!





Regularização

do trabalho autônomo

Uma dúvida que pode surgir logo de início é: quem pode ser autônomo? A resposta é: qualquer pessoa, tendo ou não uma formação específica (seja de nível superior ou técnico).

Porém, existe uma diferença entre profissional liberal e autônomo. Profissionais liberais são aqueles cuja profissão exige uma formação técnica ou superior. Dessa forma, essas pessoas precisam do registro no conselho de classe para trabalhar legalmente, como profissionais de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Psicologia, Arquitetura, etc.

Esses profissionais podem trabalhar tanto de forma autônoma como ter vínculo empregatício com uma ou mais empresas. Sendo assim, profissionais liberais podem ser autônomos, porém, nem todo autônomo é um profissional liberal.

Ser autônomo como pessoa física ou PJ?

O primeiro ponto importante que você precisa saber sobre o trabalho autônomo é a possibilidade de exercer a profissão como pessoa física ou como pessoa jurídica (PJ). As duas formas exigem o pagamento de tributos e podem ter regulamentação perante os órgãos públicos, como veremos no próximo tópico.

Entretanto, abrir um CNPJ para trabalhar como pessoa jurídica pode reduzir a carga de impostos pagos, além de trazer vantagens como poder abrir uma conta PJ e com isso oferecer mais formas de pagamento aos clientes.

Vamos te mostrar como a regularização ocorre para os dois casos. Assim, você consegue escolher a opção que mais se encaixa com o seu momento profissional.





Como regularizar o trabalho autônomo sendo pessoa física

Quem já trabalhou em um emprego regido pela CLT sabe que a empresa é quem cuida de toda a burocracia relativa ao pagamento de tributos.

Porém, quando se trata do trabalho autônomo, é o profissional que lida com essas questões por conta própria. Mesmo que pareça assustador, manter tudo regularizado não é um bicho de sete cabeças e vamos te mostrar os passos necessários para garantir os seus direitos como trabalhador.

Inscrição na Previdência Social

Para fazer as contribuições mensais ao INSS e garantir direitos como aposentadoria e auxíliodoença, é preciso solicitar a inscrição na Previdência Social.

O pagamento pode ser feito pela própria pessoa autônoma, por meio da Guia da Previdência Social (GPS), que pode ser gerada pelo site da Previdência Social. Porém, quando o autônomo presta serviço para uma empresa, o valor da contribuição já é descontado no Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), documento que comprova o pagamento do serviço. Nesse caso, a empresa é responsável por emitir o RPA e fazer o repasse do valor ao INSS.

No momento da inscrição na Previdência, a pessoa autônoma deve selecionar a opção de contribuinte individual. Dessa forma, o valor da contribuição será de 20% do salário mínimo vigente, podendo chegar até 20% do valor do teto do INSS (R\$ 7.087,22 em 2022), conforme os rendimentos do profissional. Em outras palavras, o valor mensal da contribuição varia entre R\$ 242,40 e R \$1.417,44.

Além disso, também é possível contribuir com 11% sobre o salário mínimo vigente se o autônomo não prestar serviços para empresas. Nesse caso, o valor da contribuição mensal é de R\$ 133,32.

Pagamento do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF)

Caso tenha rendimentos mensais acima do limite de isenção, o autônomo também precisa pagar o IRPF à Receita Federal.

Porém, quando realiza um serviço para uma empresa, o valor do imposto já é descontado do pagamento, ficando registrado no RPA, assim como ocorre com a contribuição ao INSS.

No caso de prestação de serviços a pessoas físicas, o pagamento do IRPF é feito através do Carnê Leão, sistema da Receita que permite gerar o DARF (Documento de Arrecadação da Receita Federal), para o pagamento do imposto.



O percentual a ser pago segue a tabela IRPF, que atualmente tem os seguintes limites:

Faixa 1 - Até R\$ 1.903,98: isento;

Faixa 2 - De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65: 7,5%;

Faixa 3 - De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05: 15%;

Faixa 4 - De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68: 22,5%;

Faixa 5 - Acima de R\$ 4.664,68: 27,5%.

Os limites das faixas se referem ao valor mensal recebido. Como o autônomo tem uma renda variável, é preciso somar os ganhos ao longo do ano e dividir por 12 para saber qual alíquota será aplicada no cálculo do imposto.

Inscrição na prefeitura

Dependendo da cidade, também pode ser necessário fazer um cadastro na prefeitura para obter a inscrição municipal, alvará ou Cadastro de Contribuintes Mobiliários — CCM (o nome varia conforme o município).

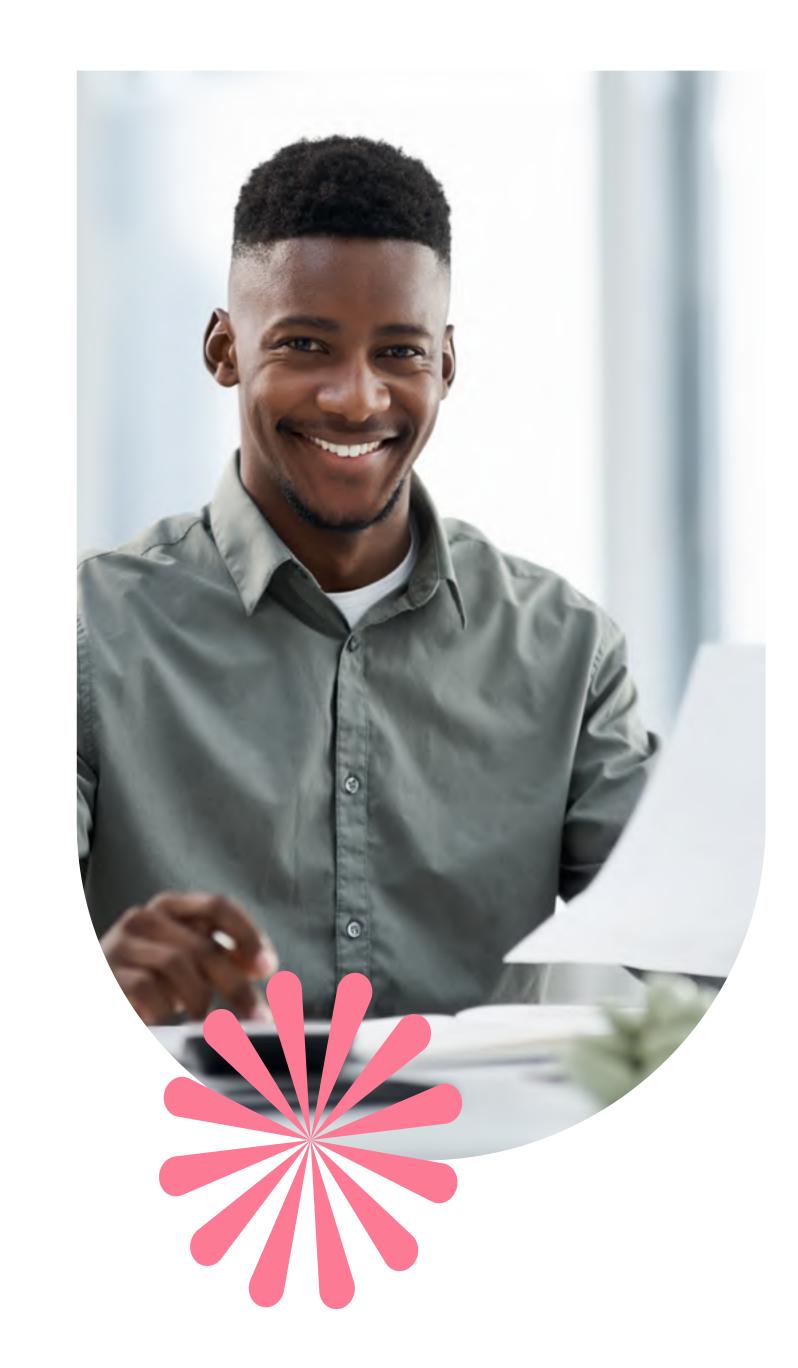
Dependendo do tipo de atividade exercida, o profissional também precisará pagar o ISS (Imposto Sobre Serviços), cuja alíquota varia conforme o município e a atividade.

Vale ressaltar que a inscrição municipal (ou equivalente) e o pagamento do ISS nem sempre são obrigatórios, portanto, é fundamental verificar essa informação na prefeitura da sua cidade para garantir a regularidade do trabalho e evitar multas.

Emissão de nota fiscal/recibo de pagamento

Em alguns casos, o autônomo pessoa física pode emitir nota fiscal avulsa, porém, é necessário verificar se existe autorização na prefeitura da cidade. O <u>recibo de prestação</u> de serviços, por outro lado, pode ser emitido por qualquer profissional para comprovar o pagamento recebido.

Quer saber mais sobre como emitir nota fiscal de prestação de serviços? **Acesse o nosso blog** para conferir um material completo.



Como regularizar a atividade autônoma sendo PJ

Para trabalhar de forma autônoma como pessoa jurídica, você precisa ter um CNPJ e existem algumas opções para isso. O jeito mais rápido e simples de fazer isso acontecer é se formalizar como Microempreendedor Individual (MEI).

Porém, antes de iniciar o processo é preciso verificar se a sua profissão está na <u>lista de atividades permitidas como MEI</u> e ficar atento para o fato do MEI ter limite de faturamento anual de R\$ 81 mil.

A inscrição é feita pelo <u>Portal do Empreendedor</u> e não exige o pagamento de nenhuma taxa. Os custos do MEI são pagos mensalmente no recolhimento dos tributos por meio do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional).

O valor do DAS é fixo e inclui a contribuição ao INSS (garantindo os direitos previdenciários ao MEI), mais um valor fixo de ISS ou ICMS (Imposto

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), a depender da atividade realizada. Os valores atuais do DAS vão de R\$ 61, 60 a R\$ 66, 60, conforme a profissão exercida.

Se a sua profissão não estiver na lista de atividades permitidas para o MEI, a solução é abrir um tipo de empresa (natureza jurídica) sem sócio, como Empresário Individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU).

Nesse caso, os tributos mensais vão depender do faturamento e o processo de abertura pode incluir várias etapas, como registro no órgão responsável e obtenção de licenças.

Como adiantamos, a facilidade para emitir notas fiscais é uma das vantagens de ter um CNPJ, além de poder abrir uma conta de pessoa jurídica, como a Cora, que é sem tarifas e oferece: boletos ilimitados, transferências Pix e TED, além de um sistema de gestão de cobranças completo.



Vantagens e desvantagens de ser autônomo

Vantagens e desvantagens de ser autônomo

Trabalhar como autônomo tem vantagens e desvantagens, assim como ser um funcionário de carteira assinada. Uma das principais vantagens de ser autônomo é a flexibilidade para fazer ajustes na rotina, permitindo um equilíbrio maior entre vida pessoal e profissional.

Como é você quem monta seus horários de trabalho, fica mais fácil conciliar atividades de estudo, cuidados com a saúde e compromissos familiares com a prestação de serviços. Também é possível ter ganhos maiores como pessoa autônoma em comparação a um emprego CLT, dependendo da sua produtividade.

Isso porque, como pessoa autônoma, você recebe por trabalho realizado, além de ter a liberdade de estipular seus preços.

Vamos usar o exemplo de uma pessoa webdesigner que trabalha em uma agência. Seu salário será o mesmo, independente do número de sites criados no mês.

Mas se essa pessoa trabalhasse como autônoma, receberia por projeto, podendo ter uma renda maior, conforme o número de projetos concluídos dentro dos meses.

Por outro lado, o trabalho autônomo trás a imprevisibilidade de rendimentos, diferente do que ocorre em um emprego CLT.

O fato de ter que prospectar clientes de forma contínua e precisar de mais organização e disciplina financeira também podem ser considerados desvantagens do formato de trabalho autônomo.



Organização financeira para autônomos





Organização financeira para autônomos

Como você viu, trabalhar de forma autônoma tem vantagens e desvantagens. Para conseguir encontrar um equilíbrio entre os pontos positivos e negativos, você pode realizar um bom planejamento financeiro.

Dessa forma, você consegue lidar com imprevistos e manter a qualidade de vida, mesmo em épocas de menor demanda de trabalho. Além disso, a organização financeira também te possibilita ter acesso a alguns benefícios oferecidos pela CLT, como férias remuneradas e 13º salário.

inicial para se organizar financeiramente como pessoa autônoma é calcular o custo mensal mínimo, que representa a soma dos seus gastos básicos. Em outras palavras, trata-se do orçamento mínimo de que você precisa para manter as contas em dia.

Nessa conta, entram apenas seus gastos pessoais, já que os custos relacionados ao trabalho serão calculados em separado.

Lembre-se de incluir todos os valores relacionados a moradia, educação, saúde, lazer, etc. Exemplos de gastos mensais que devem entrar no cálculo do seu custo mínimo:

- Aluguel ou prestação do imóvel;
- Condomínio;
- Medicamentos de uso contínuo;
- Produtos de higiene/ cuidados pessoais;
- Contas de consumo (luz, internet, água, etc.);
- Plano de saúde;
- Mensalidade da faculdade pósou graduação;
- Supermercado;
- Cuidados com animais de estimação;
- Composição da reserva de emergência.



Organização financeira para autônomos

Sabemos que o valor de algumas despesas pode variar, como energia elétrica e transporte (combustível, passagens do transporte público ou aplicativos). Nesse caso, você pode calcular o valor médio.

O mesmo vale para gastos com lazer, e também é recomendável reservar um valor no orçamento mensal para imprevistos.

Conhecendo seu custo mínimo mensal, você já tem uma referência para calcular quanto precisa ganhar com seu trabalho autônomo.

Componha uma reserva de emergência

O objetivo da reserva de emergência é garantir que você tenha dinheiro para cobrir seu custo mínimo mensal, mesmo que precise ficar sem trabalhar durante um período por algum motivo.

Também pode ser usada para emergências relacionadas à casa ou saúde, por exemplo, evitando contrair dívidas.

O ideal é que a reserva tenha o equivalente a 12 vezes o seu custo mensal. Porém, esse valor pode ser acumulado aos poucos, o importante é se comprometer a destinar uma parte dos seus ganhos à composição da reserva. Você pode inclusive estipular um percentual fixo para guardar todo mês.

Separe as finanças pessoais e do negócio

Como profissional autônomo, você tem seus gastos pessoais (já estimados no cálculo do custo mensal) e gastos relacionados à sua prestação de serviços.

Sendo assim, nem todo dinheiro que você ganhar com seus serviços ficará disponível para uso pessoal, é preciso separar a parte que pertence ao negócio.

Seguindo essa lógica, é indispensável separar os gastos pessoais e profissionais no dia a dia. Uma dica para facilitar essa separação é ter uma conta PJ, pois assim você pode centralizar todas as entradas e saídas do negócio em um só lugar.

Outra coisa que ajuda muito é estabelecer seu pró-labore — valor mensal equivalente a um salário. Você pode estipular seu pró-labore usando o custo mínimo mensal como referência.

Então, supondo que você fixou seu pró-labore em R\$ 3.500 e o faturamento de determinado mês foi de R\$ 5.000, você não vai ter R\$ 1.500 sobrando no orçamento pessoal.

Essa diferença deverá ficar no caixa do negócio para cobrir despesas profissionais, como investimentos em equipamentos, marketing digital, melhorias estruturais, etc.



Organização financeira para autônomos

Controle o fluxo de caixa

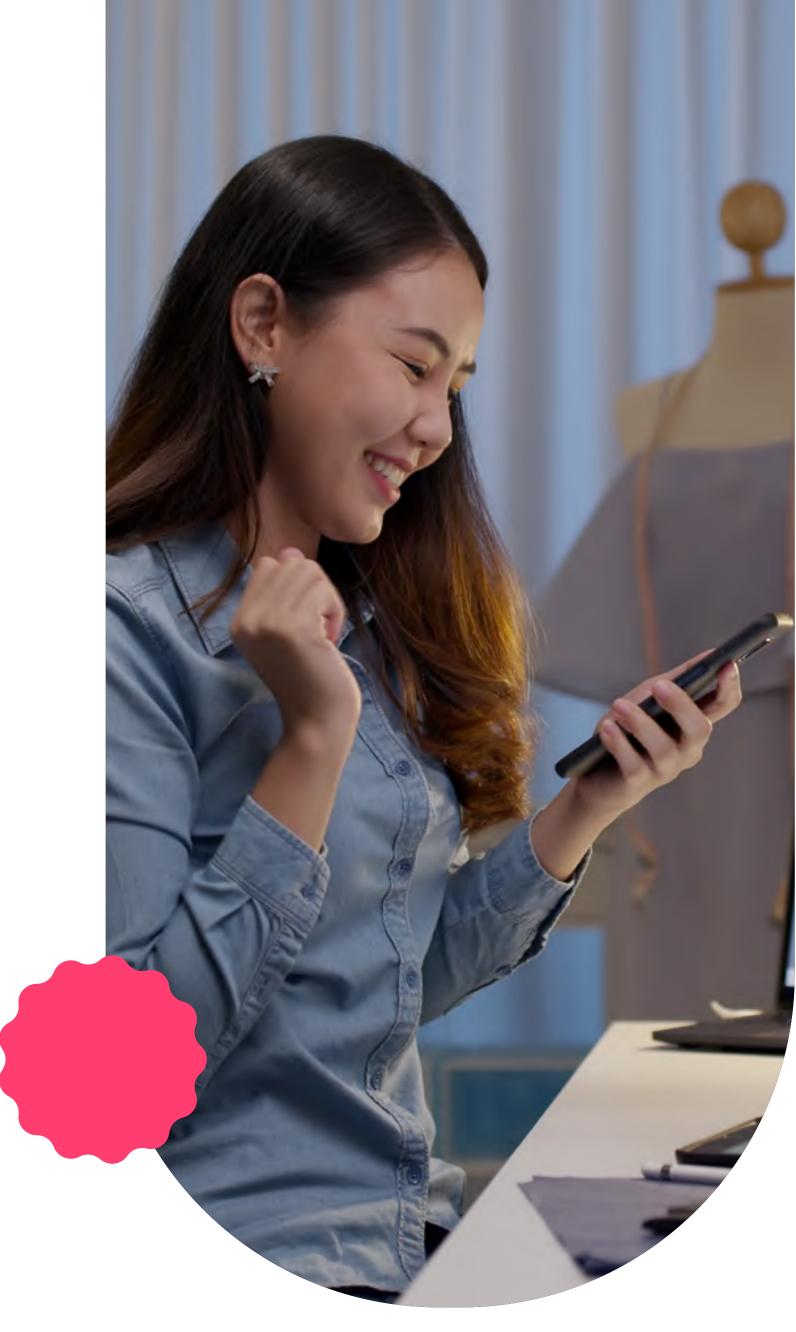
O fluxo de caixa é uma ferramenta para conhecer a movimentação financeira de uma empresa a partir do registro de todas as receitas e gastos durante um período. Um bom controle financeiro exige que o fluxo de caixa seja atualizado diariamente, mas a depender do porte da empresa, isso pode ser feito com frequência semanal ou quinzenal.

Na prática, a pessoa empreendedora deve registrar diariamente os valores que entram e saem do seu caixa para conseguir ter um entendimento claro sobre a saúde financeira da sua empresa. Dessa forma, é possível fazer um ajuste de gastos e um planejamento de metas mais realista.

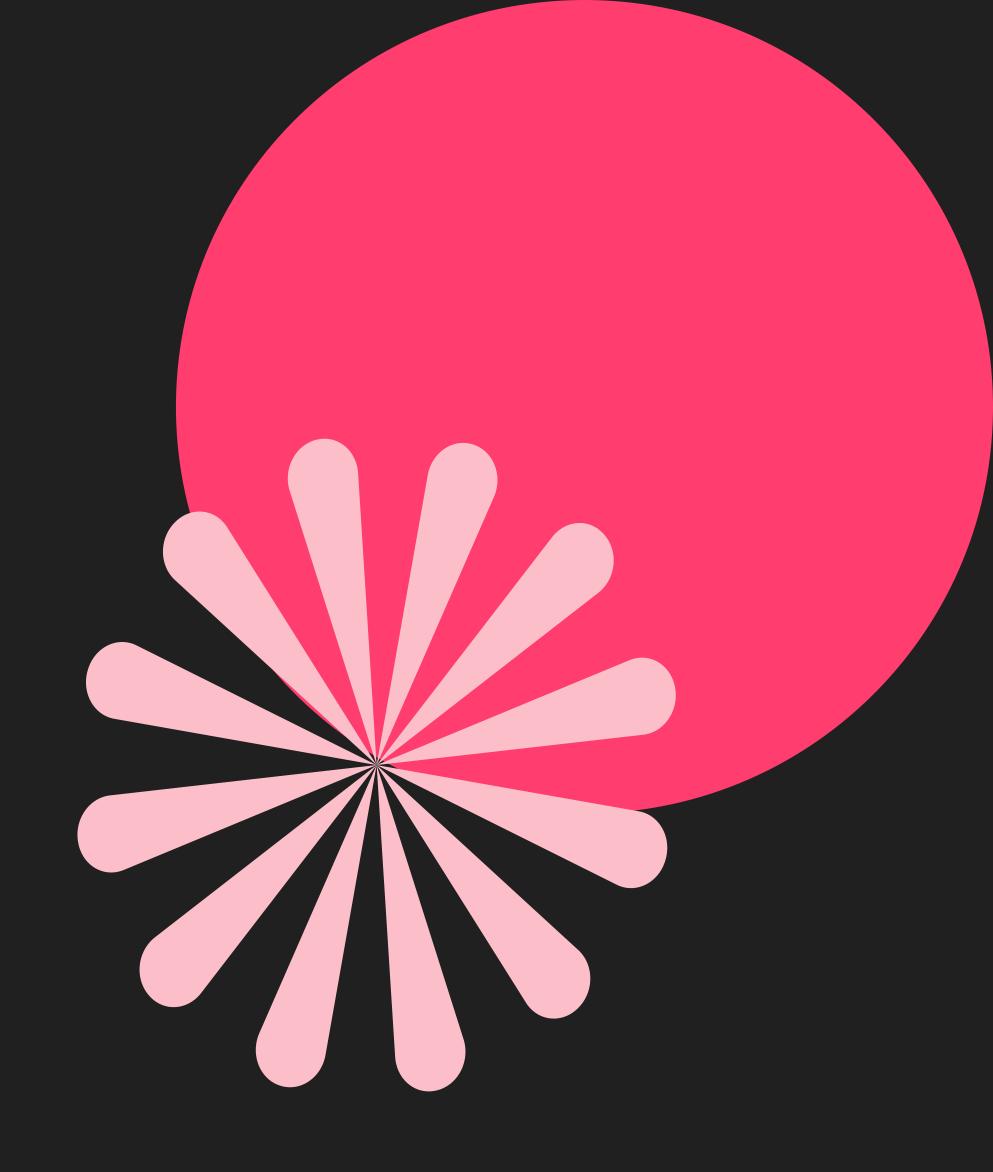
Para saber mais sobre o assunto, **não deixe de conferir este vídeo** que explica a diferença
entre custos e despesas no seu negócio.

Com o fluxo de caixa você consegue analisar quais são os serviços com maior demanda e que trazem mais lucro, por exemplo. Além disso, ter um fluxo de caixa positivo significa que você tem saldo em caixa após o pagamento de todos os custos e despesas, ficando com capital disponível para investimentos no negócio.

Aproveite a **planilha de fluxo de caixa** que preparar para facilitar sua organização financeira.



Precificando seus serviços



Precificando seus serviços

Quanto cobrar? Essa é uma das principais dúvidas de quem começa a prestar serviços como autônomo. Até porque, o preço é um dos fatores que interferem na tomada de decisão dos clientes pela compra.

O valor cobrado pelo seu serviço precisa ser competitivo e compatível com o mercado. Para fazer essa regulagem existem alguns fatores que precisam ser considerados nos cálculos de precificação.

Preços da concorrência

Realizar uma pesquisa de mercado é indispensável para o processo de precificação. Isso porque esses dados permitirão que você encontre a régua de preços praticadas em seu setor.

Esses números devem servir como um norte para você encontrar em que ponto da régua sua

empresa se encontra, levando em consideração os diferenciais que sua empresa possui e a percepção do público sobre a sua marca.

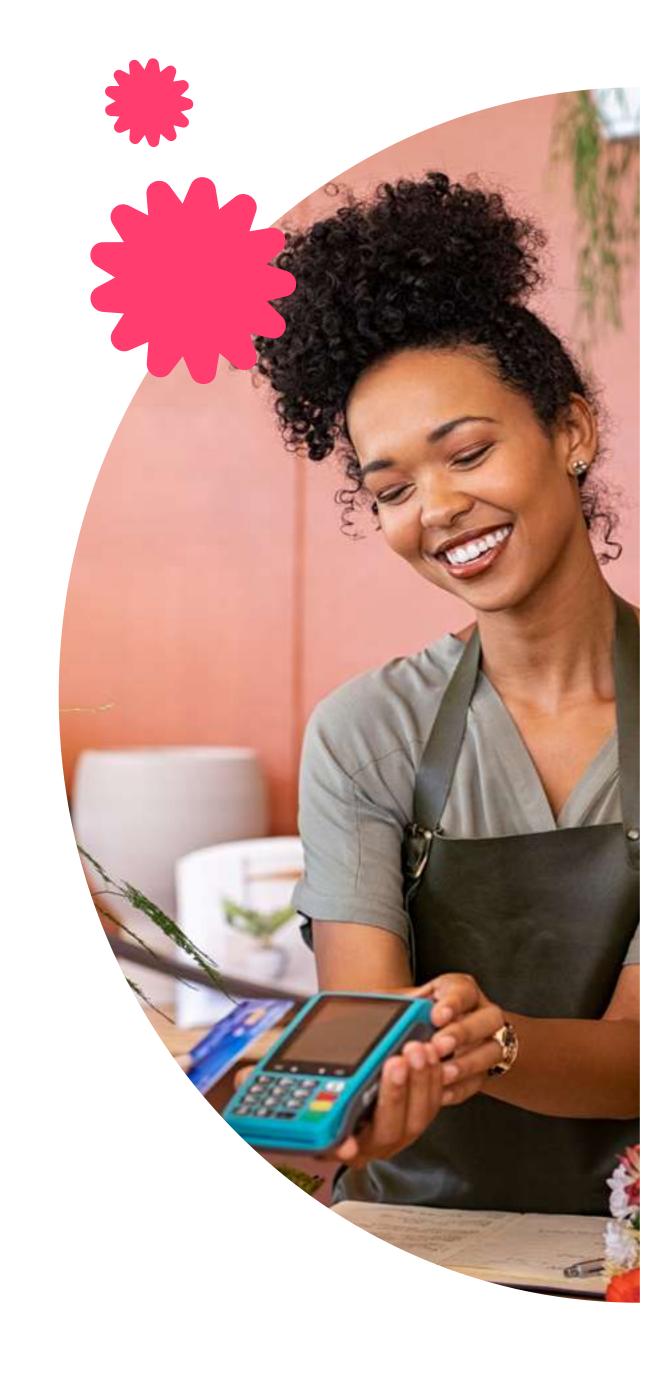
Com um olhar atento ao seu público alvo, também será possível determinar qual é a disposição a pagar desses clientes. Ou seja, quais são os valores máximos e mínimos que você pode colocar em seu serviço.

Valor agregado dos seus serviços

Preço e valor são dois conceitos diferentes. O preço é o valor monetário cobrado por um serviço, enquanto o valor se refere aos benefícios e diferenciais que o serviço entrega à pessoa cliente.

Dito isso, vamos supor que você resolveu prestar serviços de maquiagem de forma autônoma. Nesse caso, o valor agregado tem a ver com as técnicas empregadas, com a qualidade dos produtos utilizados e com a experiência oferecida.

Saber os valores e diferenciais da sua empresa é indispensável! Somente com esse conhecimento será possível pensar nas estratégias de marketing e vendas, garantindo assim um crescimento sustentável para o seu negócio.



Precificando seus serviços

Calculando o valor da sua hora de trabalho

Muitas vezes, a contratação de um serviço é feita com base no número de horas de trabalho. Isso é bastante comum para serviços como consultoria, coaching, tradução e programação, entre outros.

E, mesmo que você não cobre por hora, é importante conhecer esse valor para calcular o preço de cada serviço. Então, vem a pergunta: como calcular o valor da hora de trabalho?

Essa conta deve considerar os seguintes fatores:

- Seu pró-labore;
- O número de horas que você vai trabalhar por mês;
- Custos e despesas relacionados ao trabalho;
- Reserva para férias;
- Margem de lucro.

Vamos usar o exemplo de uma pessoa que vai trabalhar como autônoma com edição de vídeos, prestando os serviços de forma remota (pela internet).

Essa pessoa decidiu que vai trabalhar 6 horas por dia de segunda a sexta, o que dá um total de 132 horas por mês (6 x 22).

Ela paga a assinatura de um software de RS 150 e usa a internet de casa, então, considera a metade do valor da conta como despesa de trabalho (R\$ 100). O valor do pró-labore é R\$ 3.500 e a margem de lucro a ser aplicada será de 20%. Como ela optou por ser MEI, o gasto mensal com impostos e tributos é de R\$ 65,60.

Fazendo o cálculo:

R\$ 250 (gastos de trabalho) + R\$ 65, 60 (impostos e tributos) + R\$ 3.500 (pró-labore) + reserva para férias (R\$ 292) = 4.108

Agora dividimos esse valor por 132 (número de horas de trabalho, chegando a R\$ 32).

Ainda falta aplicar a margem de lucro.

Então:

R\$32 + 20% = R\$39 (valor da hora de trabalho)

Portanto, se for cobrar por hora, o valor do serviço será R\$ 39, multiplicado pelo número de horas contratadas. Quando a cobrança ocorrer por projeto, é possível fazer uma estimativa do número total de horas que ele levará para ser concluído e assim estipular o valor da venda.

A aplicação da margem de lucro é importante para ter dinheiro em caixa. Essa reserva pode ser usada para cobrir o pró-labore em meses de faturamento abaixo da média, assim como para troca de equipamentos e outros investimentos de trabalho.

Se o seu trabalho autônomo também envolve a venda de produtos, você pode consultar nosso e-book sobre como precificar um produto para acertar no cálculo da formação do preço.



Contrato de prestação de serviços

Contrato

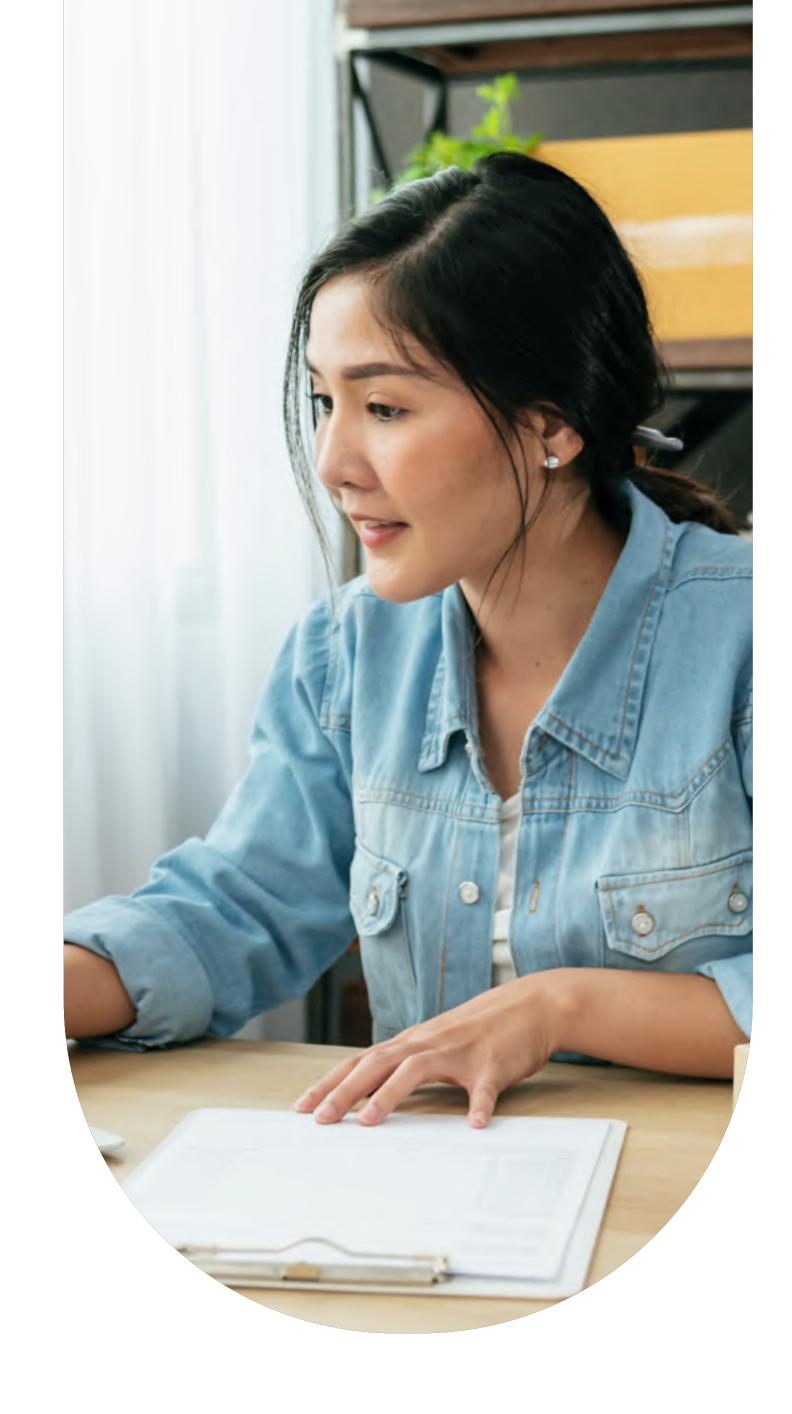
de prestação de serviços

Como o trabalho autônomo não se baseia nas regras da CLT, é importante utilizar sempre um contrato para registrar todas as condições relativas à prestação do serviço, incluindo preço, forma de pagamento, prazo de execução e itens inclusos (como materiais e peças). O contrato deve ainda descrever em detalhes as atividades que serão realizadas.

O <u>contrato de prestação de serviços</u> tem os seguintes campos obrigatórios:

- Identificação das partes (contratante e contratada): nome ou razão social, CPF/CNPJ, endereço completo com CEP.
- Objeto do contrato: motivo da contratação da pessoa autônoma e descrição dos serviços que serão prestados.

- Obrigações das partes: nesse campo entram questões como preço do serviço, prazo de execução, materiais e informações que devem ser fornecidos pela parte contratante e condições de entrega.
- Prazo do contrato: estabelecer a data de início e fim do contrato, assim como o cronograma de entrega dos serviços.
- Condições de pagamento: nesta seção, a forma de pagamento do serviço deve ser detalhada, informando se é à vista ou parcelada, o meio de pagamento utilizado (Pix ou boleto, por exemplo) e dados bancários da parte contratada.
- Condições para rescisão de contrato: esse campo detalha os motivos que podem levar à quebra do contrato e quais as consequências para tais situações.





Contrato de prestação de serviços

Vale dizer que existem sistemas de assinatura digital com validade jurídica, sendo possível realizar o reconhecimento do contrato por todas as partes sem o comparecimento a um cartório.

Também é recomendável incluir a assinatura de duas testemunhas no documento, para assegurar uma cobrança judicial mais rápida, caso seja necessário futuramente (prevenção nunca é demais).

Por fim, se possível, a elaboração do contrato deve ser feita com a supervisão de uma pessoa advogada, para garantir a validade de todas as cláusulas.

Conclusão

Conclusão

Se tornar um prestador de serviços autônomo é um caminho para ter uma rotina de trabalho mais flexível e obter um retorno financeiro maior em comparação a um emprego formal.

Porém, é necessário se regularizar para não ter problemas com Receita Federal e órgãos de fiscalização, além de garantir seus direitos previdenciários mediante a contribuição ao INSS.

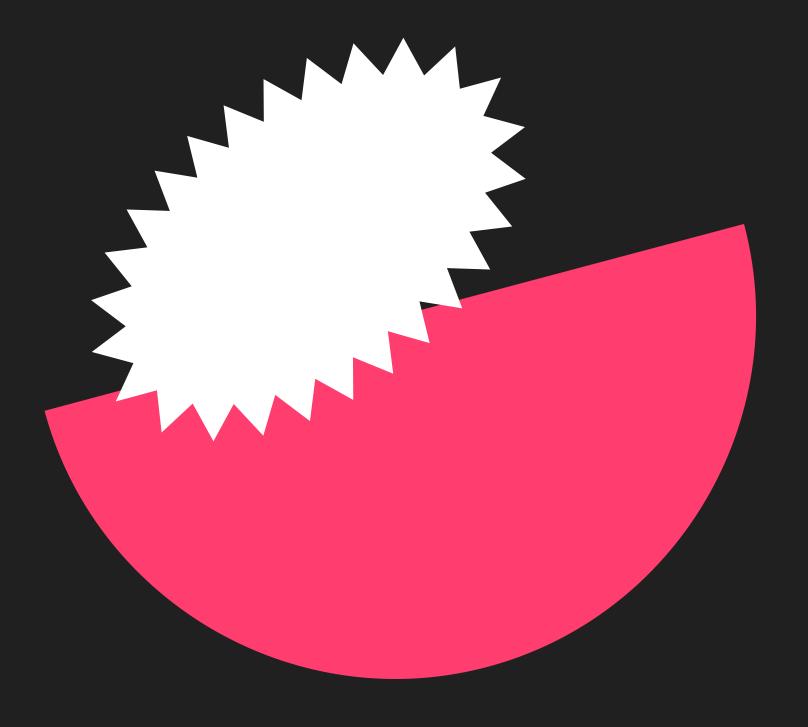
Além disso, você deve precificar seus serviços corretamente e vai precisar de uma boa dose de organização para lidar com as finanças pessoais e do seu negócio.

Mas, com as informações apresentadas nesse material, você já sabe quais passos trilhar para ter uma carreira autônoma sustentável e promissora.

E, para ter ainda mais sucesso nessa caminhada, separamos alguns materiais gratuitos que podem ser úteis para você.



Materiais complementares



Materiais complementares







Clique aqui



Modelo de Proposta Comercial

Clique aqui



Ebook - Captação de Clientes

Clique aqui



Dicas para você cobrar um valor justo pelo seu serviço

Clique aqui



O que é pró-labore?

Clique aqui











Para conhecer mais novidades sobre a Cora e acessar mais conteúdos como este, visite o Blog da Cora. Fique bem informado sobre empreendedorismo, finanças, gestão e muito mais!

Visitar o Blog da Cora